

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DETERMINANTES DAS MATÉRIAS RELEVANTES DE
AUDITORIA NAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO DA
SAÚDE

DINAMENY FRANCISCA ANTÓNIO FERNANDES

OUTUBRO 2022

**MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

DETERMINANTES DAS MATÉRIAS RELEVANTES DE
AUDITORIA NAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO DA
SAÚDE

DINAMENY FRANCISCA ANTÓNIO FERNANDES

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA
DE CARVALHO MORAIS

OUTUBRO 2022

RESUMO

O *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) em 2016, modificou o modelo de relatório de auditoria, passando a ser obrigatório para os auditores de entidades de interesse público, a divulgação das matérias relevantes de auditoria, em inglês, *Key Audit Matters* (KAM), contribuindo para um aumento da transparência e confiança das demonstrações financeiras, por parte dos seus utilizadores (ISA 701).

Os relatórios e contas das empresas do setor público da saúde, após a emissão, são analisadas pelos auditores para determinar as matérias relevantes de auditoria (KAM) com maior impacto nas suas contas. O principal objetivo deste estudo é identificar os determinantes das matérias relevantes de auditoria (KAM) em empresas do setor da saúde participadas pelo Estado Português. Com isto, o estudo teve uma amostra de 27 empresas públicas no ano fiscal 2020.

Os resultados obtidos evidenciam uma associação positiva entre o número de KAMs divulgadas e a total do ativo, evidenciando que entidades de maior dimensão têm mais KAMs divulgadas nos seus relatórios de auditoria. Por outro lado, os resultados demonstram também que existe uma associação negativa entre o número de KAMs divulgadas e a rentabilidade, alavancagem e o número de hospitais agrupados às Entidades Públicas Empresariais, o que mostra que são fatores determinantes das matérias relevantes de auditoria.

Palavras-chave: matérias relevantes de auditoria, determinantes, relatório do auditor, saúde.

ABSTRACT

The International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), in 2016 changed the audit report model, making it mandatory for auditors of public interest entities to disclose key of audit matters (KAM), contributing to an increase in transparency and trust of financial statements by its users (ISA 701).

The accounts of public health companies, after issue, are analysed by auditors to determine the key audit matters with the greatest impact on their accounts. The main objective of this study is to identify the determinants of key audit matters in health sector companies participated by the Portuguese State. With this, the study has a sample of 27 state's public companies the fiscal year of 2020.

The results obtained show a positive association between the number of KAMs disclosed and the total assets, showing that larger entities have more KAMs disclosed in their audit reports. On the other hand, the results also show there is a negative association between the number of KAMs and profitability, leverage, and the number hospitals grouped with the public business entity, which shows that they are determining factors of the relevant audit matters.

Keywords: key audit matters, determinants, auditor's report, health.

AGRADECIMENTOS

A realização do Trabalho de Final de Mestrado é muito importante para mim e sem o apoio de algumas pessoas não seria possível, que desde já quero agradecer. Em primeiro lugar a Jeová Deus por ter me dado a chance de concluir esta etapa primordial da minha vida académica. Aos meus familiares, em especial a minha mãe, Catarina Josefa Manuela António, por ter me apoiado e acreditado em mim.

Gostaria de agradecer em especial à minha querida orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais, pela paciência, disponibilidade e apoio durante a realização deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos que sempre me apoiaram e me incentivaram durante todo o processo da formação, especialmente ao Constantino Justo e a Emília, por estarem comigo nos momentos mais complicados do decorrer do percurso académico.

Por fim, ao Teixeira, Wilson e o Esmael, que sempre acreditaram em mim mais do que eu própria, e por serem um incentivo ao longo da minha vida académica.

Deixo os meus sinceros agradecimento por todo apoio e força durante a formação.

Muito obrigada.

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA I - ENTIDADES INCLUÍDAS NA AMOSTRA E O NÚMERO DE KAMS DIVULGADAS.....	15
TABELA II - TIPO DE KAM DIVULGADA.....	16
TABELA III - ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	18
TABELA IV - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON.....	19
TABELA V - VARIANCE INFLATION FACTOR	19
TABELA VI - RESULTADOS DO MODELO LINEAR.....	20

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CH- Centro hospitalar
- CLC - Certificação Legal das Contas
- EIP - Entidades de Interesse Público
- EPE - Entidade Pública Empresarial
- IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*
- IFAC - *International Federation of Accountants*
- IGAS - Instituto Geral das Atividades em Saúde
- INTOSAI - *International Organization of Supreme Audit Institutions*
- IPO - Instituto Português de Oncologia
- ISA - *International Standard on Auditing*
- KAM - *Key Audit Matters*
- LSE - *London Stock Exchange*
- PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board*
- SET - *Stock Exchange of Thailand*
- SNS - Serviço Nacional de Saúde
- UE - União Europeia
- ULS - Unidade Local de Saúde

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
ÍNDICE DE TABELAS	iv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	v
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ENQUADRAMENTO	3
3. REVISÃO DE LITERATURA	4
3.1 Identificação das Matérias Relevantes de Auditoria.....	4
3.2 Empresas do Setor Público da Saúde e Reporte de KAM	6
3.3 Determinantes da Divulgação da KAM.....	8
3.3.1 Rentabilidade	10
3.3.2 Alavancagem	10
3.3.3 Dimensão	11
3.3.4 Complexidade:.....	12
4. AMOSTRA E METODOLOGIA.....	13
4.1 Descrição da Amostra.....	13
4.2 Metodologia	16
5. RESULTADO EMPÍRICOS	17
5.1 Estatística Descritiva	18
5.2 Matriz de Correlação	18
5.3 Análise dos Resultados	19
6. CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os escândalos e a crise financeira internacional causaram várias questões sobre o valor da auditoria e a comunicação entre o auditor e os utilizadores de informação financeira (Seira-García et al., 2019). Pois, o relatório divulgado pelos auditores considerava-se pouco informativo e por sua vez não alteram a qualidade da auditoria (Bédard et al., 2014).

Posto isto, devido as lacunas existentes no relatório, o *International Auditing and Assurance Board* (IAASB) através da *International Standard on Auditing 701* (ISA), introduziu uma nova secção no relatório de auditoria que obriga o auditor a determinar as matérias relevantes de auditoria, para além da opinião sobre as demonstrações financeiras, e comunicá-las no relatório do auditor independente, para entidades de interesses públicos no período para auditorias sobre período findo ou após 15 de dezembro de 2016 (ISA 701, §6,7). Estas modificações no relatório trouxeram maior transparência e compreensão por parte dos utilizadores para a tomada de decisão (IAASB e o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), Coscodai, 2016).

A ISA 701 orienta o auditor sobre a forma de levar em consideração as áreas das demonstrações financeiras, eventos e transações durante o período sobre o processo de tomada de decisão do auditor. A divulgação das matérias relevantes de auditoria, em inglês *Key Audit Matters* (KAM) aumenta o valor comunicativo e pode reduzir a lacuna de informações para os utilizadores de informação financeiras (Yoga & Dinarjito, 2021).

Recentemente, a literatura sobre a temática das KAMs tem vários estudos sobre os fatores determinantes do número das matérias relevantes de auditoria divulgado (Ferreira & Morais, 2020; Pinto & Morais, 2018; Sierra-García et al., 2019; Boonyanet & Promsen, 2018). Portanto, estes estudos analisaram os fatores que podem influenciara determinação das KAMs em todas as áreas de reporte do auditor.

Desta forma, este estudo contribui para a literatura através da análise dos fatores determinantes das matérias relevantes de auditoria, com o principal objetivo de identificar os determinantes das matérias relevantes de auditoria divulgadas por auditores de empresas do setor público da saúde, em Portugal. Devido às

especialidades deste sector, é relevante verificar se as determinantes da divulgação das KAMs são, ou não, semelhantes aos apresentados para outras entidades.

Deste modo, amostra do estudo é composta por um conjunto de 27 EPEs do setor público da saúde em Portugal, para o ano fiscal de 2020. Para analisar a associação existente entre os determinantes e o número de KAMs divulgados, escolheu-se a variável de estudo KAM, que corresponde ao número de matérias relevantes de auditoria divulgado no relatório do auditor. Portanto, utilizou-se o modelo linear para análise das variáveis com intuito de testar a influência dos fatores determinantes das KAMs.

Com as hipóteses formuladas, os resultados deste estudo evidenciam uma relação negativa entre a rentabilidade da empresa e o número de KAMs divulgado como esperado, o que influencia de forma negativa e significativa na determinação das KAMs. No que respeita a alavancagem, verificou-se uma associação negativa entre a alavancagem financeira da empresa e o número de KAMs divulgado. Quanto aos ativos das empresas, observou-se a existência de uma associação positiva dos totais dos ativos e o número de KAMs divulgado. Verificou-se também que quanto maior for o número de hospitais, centros hospitalares (CH), institutos portugueses de oncologia (IPO) e as unidades locais de saúde (ULS) incluídos na EPE, menos KAMs são divulgados.

O presente estudo, está estruturado em três partes: Na secção seguinte, é feito um enquadramento da temática abordada. Na secção 3 abordamos a identificação das KAMs no relatório de auditoria e os efeitos das áreas nas demonstrações financeiras incluindo estimativas contabilísticas e o efeito sobre a auditoria de eventos ou transações significativas que ocorreram durante o período de relato. Abordamos também a auditoria nas empresas no setor público da saúde e a identificação dos determinantes da divulgação das KAMs e as hipóteses da investigação do estudo. Na secção 4, apresentamos a amostra e a metodologia e na secção 5 os principais resultados. Finalmente, na secção 6 apresentamos as conclusões, limitações e pistas de investigação futuras.

2. ENQUADRAMENTO

A realização de uma auditoria às demonstrações financeiras de uma entidade fornece informações relevantes para os utilizadores de informações financeiras. De acordo com a ISA 701, o auditor ao analisar as demonstrações financeiras irá reportar os principais assuntos que foram os mais significativos na auditoria do período corrente.

Em 2015, o IAASB na ISA 701, estabeleceu que o principal objetivo de comunicar as KAMs no relatório de auditoria é aumentar o valor informativo do relatório do auditor, proporcionando maior transparência sobre a auditoria realizada. Alguns países, sendo a maioria da União Europeia, adotaram a norma ISA 701 na elaboração da auditoria deste 2016.

De referir que o IAASB 2016 acredita que ter KAMs divulgadas nos relatórios do auditor irá aumentar a transparência sobre a auditoria realizada, concentra os investidores e outros usuários em áreas nas demonstrações financeiras que estão sujeitas a julgamento significativo do auditor e, renovar o foco do auditor sobre assuntos a serem comunicados, que indiretamente possam resultar em aumento do ceticismo profissional, entre outros contribuintes para a qualidade da auditoria, (IAASB p.2 - 2016).

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alínea k) do n.º 6 do artigo 25.º, referente a administração e fiscalização de sociedade, exige uma sociedade de revisores oficiais de contas e, é atribuída a competência de emitir a Certificação Legal das Contas (CLC). De acordo com a ISA 700, o principal objetivo do auditor numa auditoria é formar uma opinião independente sobre se as demonstrações financeiras apresentam uma imagem de forma verdadeira e apropriada, e deve ser relatada na Certificação Legal das Contas (CLC).

Em Portugal, o setor público da saúde é caracterizado por uma hierarquia descentralizada pela Gestão das Unidades Hospitalares que compete a sua autonomia e responsabilidade, com uma estrutura que depende de tomada de decisão do topo da organização para base. A fiscalização nos Serviços Nacionais de Saúde (SNS) é da responsabilidade do Instituto Geral das Atividades em Saúde (IGAS), que tem competências em verificar as leis, procedimentos e formalidades sujeitas as sanções

próprias que não justifiquem a realização de outro tipo de ação inspetiva. O sector da saúde é regulamentado e supervisionado pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS) e tem por missão a regulação da atividade dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde dos setores público, privado, cooperativo e social.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Esta investigação está segregada em três linhas de orientações: na primeira secção abordamos a identificação das KAMs no relatório de auditoria e os efeitos das áreas nas demonstrações financeiras incluindo estimativas contabilísticas e o efeito sobre a auditoria de eventos ou transações significativas que ocorreram durante o período de relato; na segunda secção abordamos a auditoria nas empresas no setor público da saúde; na terceira secção abordamos a identificação dos determinantes da divulgação das KAMs e as hipóteses da investigação do estudo.

3.1 Identificação das Matérias Relevantes de Auditoria

Os escândalos financeiros registados no século XXI, pelas falhas cometidas pelas equipas de auditores e profissionais de contas resultaram em grandes perdas de confiança nos mercados de capitais, de credibilidade por parte dos auditores e de transparência por parte da gestão (Whittington & Pany, 2004). Houve assim a necessidade de aumentar a qualidade dos relatórios de auditorias, de modo a garantir maior credibilidade nas informações prestadas.

As matérias relevantes de auditoria são os principais assuntos de auditoria que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente (IAASB, 2016). Dessa forma, a ISA 701 orienta a determinação das KAMs, as quais devem ser comunicadas através dos assuntos divulgados pela governança nas demonstrações financeiras, e o auditor deve nas áreas das demonstrações financeiras incluir as estimativas contabilísticas e nas áreas de grandes transações durante o período corrente. É importante que o auditor, no seu relatório de auditoria, descreva de forma objetiva e simples as KAMs que serviram para avaliação das principais áreas de julgamento profissional. A implementação da secção das KAMs “Matérias Relevantes de Auditoria” no relatório de auditoria é importante

para que o auditor comunique claramente os assuntos com maior risco nas áreas significativa para a melhor tomada de decisão por parte da governança (IAASB, 2016).

Deste modo, a determinação da KAM deve ser específica para cada entidade mediante a complexidade setor de atividade, natureza de negócio e ambiente no que respeita as divulgações relevantes para as demonstrações financeiras. Prevê-se a possibilidade de que seja determinada apenas uma KAM e também pode haver circunstâncias de não haver qualquer KAM, mas ambos os casos são de reporte obrigatório no relatório de auditoria (IAASB, 2016).

Portanto, a KAM concentra-se na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações financeira, no planeamento e execução do processo de auditoria para mitigar os riscos e por sua vez obtenção de provas de auditoria suficiente e apropriada para fornecer uma base para a opinião do auditor (ISA 701- A12).

O desenvolvimento da ISA 701 o IAASB, 2016 teve por objetivo de aumentar o valor informativo e a relevância do relatório do auditor com maior transparência aos utilizadores de informação financeira, bem como dos procedimentos considerados relevantes pelo auditor (Costa & Sallotti, 2021). O IAASB e o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), em 2016, criaram modificações no relatório de auditoria para maior transparência para as partes interessadas. Com essas modificações, o relatório de auditoria trouxe maior clareza e compreensão das informações, maior envolvimento da comissão de auditoria e maior atenção nas áreas de maiores riscos e, a transparência entre a auditoria e a responsáveis pela governança (Coscodai, 2016).

As divulgações dos principais assuntos de auditoria aumentam o valor informativo, fornecendo maior transparência, informações adicionais do julgamento profissional, melhor entendimento das áreas cruciais auditadas e também serve de incentivo aos usuários a se envolverem mais utilizando as KAMs (KPMG, 2019).

Coscodai (2016) verificou que o novo modelo de relatório de auditoria, que já havia sido implementado em outros países, trouxe além de maior clareza das informações para o investidor, maior envolvimento dos membros de comitês de auditoria e um aperfeiçoamento das áreas de gestão de riscos. Além disso, a seção das KAMs leva uma maior aproximação e reduz a assimetria de informação entre o auditor

e a administração da entidade, que pode gerar como consequência um maior entendimento e uma maior qualidade geral da auditoria e de reporte.

3.2 Empresas do Setor Público da Saúde e Reporte de KAM

As reformas do setor Público da saúde em Portugal alteraram significativamente a administração pública, desenvolvendo estratégias mais eficientes e com maior produção para os hospitais públicos. Com a mudança da gestão hospitalar tradicional para sociedades anónimas com estatuto de Entidade Pública Empresarial (E.P.E.), obteve-se maior controlo na contratualização e maior responsabilidade, autonomia e resultados (Nunes & Matos, 2019). Com o processo de mudança, através de uma auditoria nas demonstrações financeiras das entidades podemos verificar possíveis falhas e áreas de maior risco na área da gestão hospitalar.

Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, *artigo 56.º - 58.º*, define hospital E. P. E. “como uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial”. A sua constituição é por tempo indefinido e as suas atribuições constam dos seus regulamentos internos, fixadas com as política e planos estratégicos superiormente aprovados através de contratos-programa.

A auditoria no setor público é executada com algumas lacunas pela dificuldade de obtenção de dados e, a maior preocupação das entidades públicas é que a gestão dos fundos públicos tenha sido adequada e o que se pautou por critérios de legalidade e o controlo público, transparência e relevância são cruciais (Marques & Almeida, 2019). Estes autores referem também que a auditoria do setor público requer profissionais especialistas do setor, portanto, criação de uma área de especialização para os auditores.

Atualmente, o Serviço Nacional de Saúde está constituído por várias Entidades Públicas Empresariais. *Decreto-Lei n.º 133/2013*, de 3 de outubro, do Estatuto, as empresas do setor público empresarial estão obrigadas a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa, a realizar por auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Para Marques & Almeida (2004), as empresas

públicas com situação económico-financeira mais elevada são sempre o alvo de maior interesse nas administrações públicas, e são fiscalizados pelo *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI), órgãos de controlo externo dos Estados membros e a ISA 701.

O IAASB, na ISA 701, definiram o novo modelo de auditoria para entidades de interesse público (EIP) que exige ao auditor a reportar os KAM no seu relatório. Para a execução da auditoria, algumas áreas para a sua determinação no setor público da saúde são: provisões, reconhecimento de rédito, imparidades, contratos programados contratuais, locação financeira, saldos de terceiros e mensuração da bolsa de hora.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 33/2012 de 13 de fevereiro, as Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.), por seguirem um padrão fixado e regulamentado, são fiscalizadas pela Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS) que sustenta o cumprimento da lei e compete de carácter regular de Inspeções, fiscalizações e auditorias a todas as instituições por estes tutelados. As empresas de grande dimensão são obrigadas a ter auditorias externas dentro dos órgãos públicos, para promover fiscalização da utilização dos recursos público (Teixeira, 2006).

Eisenhardt (2018) quanto a teoria de agência, afirma que, numa relação contratual entre o principal e o agente, pode haver divergência entre ambos devido aos objetivos diferentes que cada um define e espera que sejam alcançados. O reporte das KAMs nas entidades públicas do setor da saúde, para além dos assuntos orientados pela norma, deve considerar também as regulamentações e políticas de gestão do Estado, resultados de auditorias financeiras anteriores e correntes (Tampubolon & Tobing, 2019).

Rautiainen et al. (2021), investigaram a perceção dos auditores sobre as KAMs e qualidade de auditoria na Finlândia, com o objetivo de aumentar o valor do relatório do auditor, a transparência e a realização da auditoria baseado em inquéritos aos auditores públicos certificados na Finlândia em relatórios das KAMs em um contexto do país da União Europeia (EU), concluíram que os auditores finlandeses são críticos e céticos aos relatórios das KAMs aumentando a confiança na auditoria, por outro lado, diminuí as

lacunas de auditoria e fornece informações relevantes aos auditores que melhora a qualidade da auditoria e torna menos propensos.

Tampubolon & Tobing (2019), nos estudos realizados sobre KAM aplicados ao relatório de auditoria no setor público da Indonésia, verificaram que a sua divulgação serve de orientação para testar as políticas governamentais que influenciam para a tomada de decisão de acordo com a natureza e características de negócio. Os autores basearam-se nos métodos da KPMG e Deloitte, apontaram quatro elementos para divulgação do setor público: riscos, devido o julgamento do auditor por ser mais significativos como KAM; respostas, quanto ao tratamento da auditoria do KAM; descobertas, divulgação de achados relacionados com o KAM; e, por último, conclusão dos resultados do impacto do KAM, devido à percepção do auditor e outros com competências adequadas. Contudo, a aplicação da ISA 701 é limitada devido às políticas e limites regulamentados pelo setor, o que incentiva os auditores a fazer julgamento profissional ajustado ao sector afim dos KAMs serem divulgados. Dessa forma, a sua divulgação não é solução absoluta para cobrir as lacunas de comunicação entre o auditor as partes interessadas (Tampubolon & Tobing, 2019). A ISA 701 apresenta restrições para implementação de auditoria em vários sectores, inclusive no sector público e o modelo para sua execução aplicável.

3.3 Determinantes da Divulgação da KAM

O IAASB (2015b), explicou que o objetivo da divulgação das KAMs é de aumentar o valor informativo no relatório de auditoria para os utilizadores das demonstrações financeiras. As divulgações são informações relevantes para a tomada de decisão quando surge grandes incertezas de dados apresentados.

Os determinantes da divulgação das KAMs reportadas no relatório devem considerar transações relevantes significativas que ocorreram no período de auditoria nas áreas que envolvem maior julgamento significativo da administração da entidade (Costa & Sallotti, 2021). Moroney et al. (2021), para os autores a divulgação do KAM afeta as percepções dos investidores sobre o valor da auditoria e a credibilidade do auditor. Com os determinantes dos KAMs, destinam-se a identificar assuntos específicos

da auditoria e envolvem fazer um julgamento sobre sua importância em relação a outros assuntos da auditoria (ISA 701 - A28).

O IAASB (2016) afirmou que as KAMs são divulgadas numa uma seção separada do parecer intitulada “principais assuntos de auditoria”, que inclui divulgações e o auditor deve mencionar o motivo pelo qual são considerados mais significativos na auditoria para que sejam definidos como KAM. A divulgação das KAMs são quase sempre os mesmos para as empresas do mesmo sector e, visam reduzir a assimetria de informação entre os utentes de informação financeira e auditores. Contudo, as KAMs podem ser uma solução adequada para as necessidades dos usuários, pois, pode leva maior qualidade de auditoria e alguns investidores acreditam que essa divulgação pode ter impacto positivo para tomada de decisão (Li, 2017).

A principal vantagem da existência da secção das KAMs é a comunicação dos principais assuntos de auditoria que ajuda a melhorar o relacionamento entre a administração e os auditores, fornecendo transparência sobre auditoria e também ajudam o auditor a prestar atenção nas áreas com maior risco para fornecer a maior qualidade de auditoria e, incentivar os usuários das demonstrações financeiras em áreas ligadas aos KAMs, (KPMG, 2019).

A comunicação das KAMs fornece informações sobre a execução de auditoria e ajuda a entender como os auditores identificam e respondem aos riscos (Chen et al. 2021). Existem algumas lacunas na divulgação dos KAMs em várias entidades, que, em grande parte, são difíceis de entender com precisão (Li, 2017). A norma exige a comunicação das KAMs às Entidades de Interesse Público.

Bédard et al. (2014), nos seus estudos sobre custos e benefícios de como relatar os KAMs afeta aos investidores, bem como a qualidade de auditoria, custo e eficiência, verificam efeitos quase inexistentes, pois não há benefícios ou custos claros da divulgação das KAMs. Para os autores, o mercado não reage às divulgações das KAMs, o único efeito encontrado é um ligeiro aumento no atraso do relatório de auditoria devido ao maior número de KAMs apresentado.

Pinto & Morais (2019) analisaram os relatórios de empresas cotadas do Reino Unido, França e Holanda que divulgaram KAMs no final do ano fiscal de 2016 e

apontaram alguns fatores que influenciam na determinação das KAMs como dimensão do cliente, a complexidade de negócio da empresa, honorário de auditoria e as normas contabilísticas baseadas em regras.

É, pois, com base em estudos anteriores, que irão ser identificados os determinantes da divulgação das KAMs no sector público da saúde:

3.3.1 Rentabilidade

Ferreira & Morais (2020) evidenciam nos resultados da pesquisa que a rentabilidade da empresa tem influência negativa na divulgação das KAMs. Também Pinto & Morais (2019), apontam uma relação negativa entre a rentabilidade e o número de KAMs divulgadas, as empresas com menor lucratividade apresentam maior risco de fracasso, com isto, os auditores precisam estender o âmbito do seu trabalho e divulgar mais KAMs.

Camargo et al. (2019) analisou os principais assuntos de auditoria e a relação entre as empresas com lucros e prejuízos incluídas no índice Brasil 100 (IBrX 100) da Bovespa em 2016 e 2017. Verificou-se que as empresas que apresentam prejuízos têm maior número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria e as empresas que obtém lucros divulgam menor número de KAMs no relatório. Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020) evidenciam nos seus resultados que os números de divulgações das KAMs esta associada lucratividade da empresa.

Posto isto, levantou-se à primeira hipótese:

H₁: *Existe uma relação negativa entre a rentabilidade da empresa e o número de KAMs divulgado.*

3.3.2 Alavancagem

Estudos anteriores demonstram que a alavancagem influencia positivamente a divulgação das KAMs. Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020) evidenciam que a divulgação de KAM aumenta para empresas com índices de alavancagem mais altos, pois, os resultados apresentam influência significativa positiva entre a alavancagem financeira da empresa e o número de KAMs divulgado.

Pinto & Morais (2018), nas suas análises previam que os auditores divulgassem mais KAMs em empresas com maior risco, com objetivo de reduzir a sua

responsabilidade e manter sua reputação, pois, maior alavancagem envolve maior risco de litígio. Os resultados mostram que a alavancagem das empresas não influencia o número de KAMs divulgado.

Chen et al. (2021) nas suas análises encontram uma associação positiva entre alavancagem e o número de KAM divulgadas, pois, empresas mais arriscadas divulgam mais KAMs.

Portanto, sendo assim, levantou-se à segunda hipótese do estudo:

H2: *Existe uma associação positiva entre a alavancagem financeira da empresa e o número de KAMs divulgado.*

3.3.3 Dimensão

Outro fator que poderá influenciar a divulgação das KAMs é a dimensão da empresa. Pode ser expectável que empresas de maior dimensão tenham um maior número de áreas de risco, o que leva os auditores a divulgar um maior número de KAMs. Suttipun (2020), analisou os fatores que influenciam a divulgação das KAMs nos relatórios anuais de 150 empresas listadas na Bolsa de Valores da Tailândia, em inglês *Stock Exchange of Thailand (SET)* de 2016 a 2018, concluiu que existe uma influência significativamente positiva do tamanho da empresa e a divulgação das KAMs nesses relatórios.

Sierra-García et al. (2019), analisaram as empresas listadas na *Financial Times Stock Exchange 100* que divulgaram as demonstrações financeiras durante 2013-2016. Os autores concluíram que a dimensão da empresa influencia positivamente na divulgação das KAMs e, quanto maior for a sua dimensão, maior número de KAMs são divulgadas.

Velte (2018) analisou os relatórios das corporações na listagem premium no mercado principal na Bolsa de Valores de Londres, em inglês *London Stock Exchange (LSE)* de 2014 a 2015 no Reino Unido e conclui que o tamanho da empresa influencia positivamente nos relatórios das KAMs. Portanto, o autor concluiu que empresas maiores tendem a divulgar um número de KAMs do que empresas de menor dimensão.

Contudo, empresas de maior dimensão têm mais recursos, podendo ter controlos internos mais robustos, reduzindo desta forma as áreas de risco.

Formulou-se desta forma a terceira hipótese:

H₃: *Existe uma associação entre a dimensão da empresa e o número de KAMs divulgado.*

3.3.4 Complexidade:

Várias teorias apontam a complexidade do negócio sendo uma característica da empresa que está relacionada com a divulgação das KAMs (Wuttichindanon & Issarawornrawanich 2020; Pinto & Morais, 2018; Ferreira & Morais 2020). Como referido anteriormente, Pinto & Morais (2018) verificaram os relatórios de empresas cotadas do Reino Unido, França e Holanda que divulgaram KAMs no final do ano fiscal de 2016, apontaram alguns fatores que influenciam na determinação das KAMs sendo a complexidade dos segmentos de negócios das empresas, pois, quanto mais complexo um cliente for, mais áreas possíveis de risco na auditoria são divulgadas. Os resultados evidenciaram a existência de uma relação positiva entre o número de KAMs divulgados e a complexidade da empresa auditada.

Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020) analisaram as empresas listadas na Bolsa de Valores da Tailândia, compreendendo 996 empresas-ano ao longo dos anos de 2016 e 2017, tendo concluído que a complexidade do negócio e do setor estão fortemente associadas à divulgação de KAMs.

Ferreira & Morais (2020) examinaram os relatórios de auditoria e demonstrações financeiras apresentados em 448 empresas brasileiras cotadas em bolsa de valores, concluíram que as empresas mais complexas tendem a ter mais KAMs divulgadas nos seus relatórios de auditoria e, verificaram uma associação positiva entre a complexidade da empresa e o número de KAMs.

Desta forma, Chen et al. (2021) afirmam que os auditores relatam mais KAMs para empresas maiores e com mais subsidiárias porque operam em ambientes de negócios mais complexos.

Com os estudos apontados, esperamos que a complexidade do negócio da empresa seja um determinante associado ao número de KAMs divulgadas. Posto isso, levantou-se a quarta hipótese:

H₄: *Existe uma relação positiva entre o número de especialidades e o número de KAMs divulgado.*

4. AMOSTRA E METODOLOGIA

4.1 Descrição da Amostra

A amostra do estudo é composta por um conjunto de 43 empresas do setor público da saúde em Portugal, para o ano fiscal de 2020. O setor empresarial do estado da saúde é um setor particularmente relevante para a sociedade e apresenta especificidades que o tornam relevante para o estudo das KAMs. Os réditos das empresas são reconhecidos através de contratos programados dos serviços prestados, apesar da gestão hospitalar ser exercida com autonomia administrativa, financeira e patrimonial por parte dos gestores das EPEs e regulamentadas pelas políticas diferentes de outros setores. O Decreto-Lei n.º 18/2017 de 10 de fevereiro prevê as regras aplicáveis às unidades de saúde que integram o SNS com a natureza de entidade pública empresarial, aprovando as especificidades estatutárias e os seus Estatutos. De acordo com o Decreto-lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, o setor público empresarial abrange o setor empresarial do Estado e o setor empresarial local, e integra as empresas públicas e empresas participadas. O mesmo decreto mostra que os órgãos de administração e de fiscalização das empresas públicas são ajustados à dimensão e à complexidade de cada empresa, com vista a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisões e a garantir uma efetiva capacidade de fiscalização e supervisão, aplicando-se ao Código das Sociedades Comerciais. O Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, considera entidade de interesse público aquelas entidades que têm valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal. Até 2021, e conforme citado na revisão de literatura, segundo a Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro e a Lei n.º 35/2018, de 20 de julho as EPEs eram consideradas Entidades de Interesse Público, por decisão do Estado Português e com as novas alterações da Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro¹, deixam de ser consideradas Empresas de Interesse Público.

¹De acordo a Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, são consideradas Entidades de Interesse Público as empresas que incluem no seu relatório anual as atividades de informação relativa aos resultados da revisão legal de contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo e fiscalizam a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão do risco,

Para base desta amostra procuramos analisar uma área de investigação no setor não financeiro em particular na sua vertente de auditoria pouco estudada em Portugal.

Inicialmente, identificamos um conjunto de 43 empresas e, destas foram retiradas 16 empresas pelo facto de não existirem relatórios e contas e por outro lado, devido a inexistência de certificação legal de contas. Desta forma, houve a necessidade de acomodar a amostra e por fim totalizaram 27 empresas para o estudo.

Coletamos manualmente os dados para o desenvolvimento da pesquisa a partir dos relatórios e contas das EPEs disponíveis no *website* do Serviço Nacional de Saúde em www.sns.gov.pt/institucional/entidades-de-saude, a informação sobre os números de KAMs reportadas por elas e, firmas de auditoria responsáveis pelas certificações legais de contas. Através do balanço e da demonstração de resultados, obtivemos os valores do ativo, rentabilidade e alavancagem. A dimensão e número de especialidades da amostra foi recolhida a partir dos relatórios de gestão.

A Tabela I mostra a composição das 27 Empresas Públicas do Estado do setor da saúde. Utilizou-se as referidas entidades em análise para classificar os números de KAMs existentes em cada uma delas e os resultados apontam o Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE com maior número de observação de KAM, pois corresponde a 9% do total das amostras.

se aplicável, de auditoria interna, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência.

TABELA I
ENTIDADES INCLUÍDAS NA AMOSTRA E O NÚMERO DE KAMS DIVULGADAS

Empresas Públicas do Estado	Nº de Observações	Percentagem (%)
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	2	3%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE	4	5%
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	3	4%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	5	6%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	2	3%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	4	5%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	2	3%
Centro Hospitalar Póvoa do Varzim e Vila do Conde, EPE	1	1%
Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE	7	9%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, EPE	1	1%
Centro Hospitalar Universitário do Porto, EPE	4	5%
Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, EPE	2	1%
Hospital de Braga, EPE	2	3%
Hospital de Santa Maria Maior, EPE	3	4%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	2	3%
Hospital Distrital de Santarém, EPE	2	3%
Hospital Garcia de Orta, EPE	2	3%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	3	4%
IPO - Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	3	4%
IPO - Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	2	3%
IPO - Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	4	5%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	2	3%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos	5	6%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	1	1%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	3	4%
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	3	4%
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	5	6%
Total	79	100,00%

A Tabela II mostra a classificação das KAMs divulgadas por tipo de assunto. Os números de KAMs existentes em cada entidade e, os resultados observados apontam o rédito de prestação de serviço e os gastos com o pessoal como tendo um maior número de observações de KAMs, pois, correspondem 19,00% e 16,46% respetivamente do total das amostras. Deste modo, quanto aos rédito de prestação de serviço, observou-se um maior número de KAM devido os contratos-programa estabelecidos com o Estado

Português, que apontou um elevado grau de incerteza quanto à complexidade dos modelos previstos; acordos de adendas; prazos alargados na formalização das assinaturas dos contratos e a sua validação subsequente da produção o que causa divergências entre as estimativas contabilística e as estimativas comunicadas pela Administração Central do Sistema de Saúde. Quanto aos gastos com pessoal, apresenta também um número elevado de KAMs devido à necessidade de aumento do pessoal e à frequência das horas superiores às previstas no contrato com programa da COVID 19, a validade dos gastos por parte dos responsáveis pela gestão, estimativas das remunerações e o elevado crescimento da produção.

TABELA II
TIPO DE KAM DIVULGADA

KAM	Nº de Observações	Percentagem (%)
Ativo Fixo Intangíveis	2	2,53%
Ativo Fixo Tangíveis	5	6.33%
Clientes e Outros Clientes	9	11,39%
Contrato Normal	1	1.26%
Gastos com o Pessoal	13	16.46%
Inventário e Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	9	11.39%
Locação Financeira	1	1.26%
Banco de Hora	8	10.13%
Provisões para Riscos	6	7.59%
Rédito de Prestação de Serviços	15	19,00%
Estimativas de Descontos de Contratos Programados	3	3.80%
Subsídios de Investimento	2	2.53%
Terceiros	5	6.33%
Total	79	100,00%

4.2 Metodologia

Com base na revisão de literatura e o objetivo de identificar os fatores que influenciam a determinação das matérias relevantes de auditoria divulgadas por auditores das empresas do sector público da saúde, usamos o seguinte modelo econométrico:

$$KAM = \beta_0 + \beta_1 Rend_{it} + \beta_2 Alavanc_{it} + \beta_3 Dim_{it} + \beta_4 Numesp_{it} + \beta_5 HOSP_{it} + \varepsilon_{it}$$

(i = 1, ..., 27)

Onde, *KAM* é uma variável que corresponde ao número de matérias relevantes de auditoria divulgado no relatório do auditor no ano fiscal 2020.

Quanto às variáveis independentes, *Rend* representa a rentabilidade da empresa medido pelo rácio entre o resultado líquido do período e os ativos totais. Para Ferreira e Morais (2020) é esperado que exista uma associação positiva entre a rentabilidade da empresa e o número de KAM divulgadas, diferente de Pinto e Morais (2019), que apontam uma relação negativa entre a rentabilidade e o número de KAMs divulgadas, pois, as empresas com menor rentabilidade apresentam maior risco de fracasso, com isto, os auditores precisam estender o escopo de seu trabalho e divulgar mais KAMs. A *Alavanc* é a alavancagem da empresa medida através do rácio entre o total da dívida e os totais dos ativos. Segundo Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020) e Chen *et al.* (2021) é esperado que se encontra uma associação positiva entre alavancagem e o número de KAM divulgadas, pois, empresas mais arriscadas divulgam mais KAMs. Para o estudo, destacamos a variável *Dim* medida pelo logaritmo natural do total dos ativos da empresa. Segundo Boonyanet & Promsen (2018) os resultados dos seus estudos mostram que os ativos totais não influenciam significativamente na divulgação da KAMs para os preços das ações. Para medir a complexidade da empresa, usaram-se duas variáveis. A primeira *Numesp* é representado pelo número de especialidades existente na empresa. A segunda *HOSP*, é constituída pelo número de hospitais agrupados às EPEs. Para Pinto e Morais (2019) quanto maior for a complexidade da empresa, maior o número de KAMs divulgados no relatório de auditoria e Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020) apontam que a complexidade da empresa está relacionada com a divulgação das KAMs.

5. RESULTADO EMPÍRICOS

Nesta secção, os resultados apresentados da estatística descritiva, correlação e econométrica do estudo foram obtidos através Microsoft Excel e o Software SPSS.

5.1 Estatística Descritiva

A tabela III apresenta a estatística descritiva das variáveis que compõem o total da amostra no modelo. Da análise da tabela podemos observar que, em média o número de KAM das empresas é aproximadamente de 2,89, uma vez que o seu valor varia entre o mínimo de 1 e o máximo de 7. A *Rend* aponta para uma média de lucros negativos -19%, e que oscila entre -39% e 10%. As empresas incluídas na amostra pouco alavancadas, pois, as dívidas representam em média 27% dos totais dos seus ativos, sendo que varia entre 8% e 78%. A *Dim* apresenta aproximadamente uma média de 18,26, considerando que os valores dos ativos totais variam entre 10.169.939,59€ e 268.138.645,62€. A variável *Numesp* apresenta em média 35,22 especialidades, variando entre o valor de 16 e 56 especialidades das EPEs. A variável *HOSP*, representa a dimensão da empresa e, em média, as empresas apresentam 2,41, sabendo que o valor varia entre 1 e 12.

TABELA III
ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Distorção	Curtose
<i>KAM</i>	27	2,89	1,48	1,00	7,00	0,90	0,78
<i>Rend</i>	27	-0,19	0,11	-0,39	0,10	0,29	0,23
<i>Alavanc</i>	27	0,27	0,16	0,08	0,78	1,27	2,04
<i>Dim</i>	27	18,26	0,83	16,13	19,62	-0,75	0,72
<i>Numesp</i>	27	35,22	10,95	16,00	56,00	1,10	0,57
<i>HOSP</i>	27	2,41	2,28	1,00	12,00	3,20	12,35

Variáveis: *KAM* é o número de matérias relevantes de auditoria no ano 2020; *Rend* é representada pelo rácio entre o resultado líquido do período e os ativos totais; *Alavanc* é representada pela dívida total e os ativos totais; *Dim* é logaritmo natural do total do ativo; *Numesp* é o número de especialidades representada pela EPE; *HOSP* é o número de hospitais agrupados às EPEs.

5.2 Matriz de Correlação

A Tabela IV apresenta a correlação de Pearson existente entre as variáveis do modelo. Podemos observar nos valores obtidos que apenas existe uma correlação positiva e significativa e entre a variável *Numesp* e *Dim* ($r_{Numesp, Dim} = 0,506$ para um

nível de significância de 5%), o que indica que, quanto maior é o número de especialidades das empresas, maior será o valor do seu ativo.

De modo geral, podemos verificar que existe uma fraca correlação entre a variável dependente e as demais variáveis independentes e também o nível de significância entre elas.

TABELA IV
MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	<i>KAM</i>	<i>Rend</i>	<i>Alavanc</i>	<i>Dim</i>	<i>Numesp</i>	<i>HOSP</i>
<i>KAM</i>	1,000					
<i>Rend</i>	-0,113	1,000				
<i>Alavanc</i>	-0,324	-0,341	1,000			
<i>Dim</i>	0,156	0,319	0,077	1,000		
<i>Numesp</i>	-0,053	0,065	0,346	0,506**	1,000	
<i>HOSP</i>	-0,190	0,029	0,051	0,364	0,052	1,000

Variáveis: *KAM* é o número de matérias relevantes de auditoria no ano 2020; *Rend* é representada pelo rácio entre o resultado líquido do período e os ativos totais; *Alavanc* é representada pela dívida total e os ativos totais; *Dim* é logaritmo natural do total do ativo; *Numesp* é o número de especialidades representada pela EPE; *HOSP* é o número de hospitais agrupados às EPEs.

*** Nível de significância a 1%; ** Nível de significância a 5%; * Nível de significância a 10%.

5.3 Análise dos Resultados

Com intuito de medir a multicolinearidade entre as variáveis, os resultados apresentados na tabela mostram a *variance inflation factor* inferior a 10, portanto, não há uma existência de multicolinearidade entre elas.

TABELA V
VARIANCE INFLATION FACTOR (VIF)

Variável	VIF	1/VIF
Rend	1,32	0,76
Alavanc	1,34	0,75
Dim	1,81	0,55
Numesp	1,60	0,63
HOSP	1,21	0,83
VIF médio	1,47	

A Tabela VI fornece os resultados do modelo linear, que permite identificar os fatores que influenciam na determinação da divulgação das matérias relevantes de auditoria.

TABELA VI
RESULTADOS DO MODELO LINEAR

Variável	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	P-value
Constante	β_0	?	-11,602	0,122
<i>Rend</i>	β_1	-	-5,118*	0,060
<i>Alavanc</i>	β_2	+	-3,986**	0,041
<i>Dim</i>	β_3	+	0,856**	0,052
<i>Numesp</i>	β_4	+	-0,013	0,653
<i>HOSP</i>	β_5	+	-0,208*	0,106
Número de observações			27	
Pseudo R ²			53,852	
Teste F			2,124	
P - value			0,100	

Variáveis: *KAM* é o número de matérias relevantes de auditoria no ano 2020; *Rend* é representada pelo rácio entre o resultado líquido do período e os ativos totais; *Alavanc* é representada pela dívida total e os ativos totais; *Dim* é logaritmo natural do total do ativo; *Numesp* é o número de especialidades representada pela EPE; *HOSP* é o número de hospitais agrupados às EPEs.

*** Nível de significância a 1%; ** Nível de significância a 5%; * Nível de significância a 10%.

Os resultados apresentados mostram uma significância global dos regressores para explicar se a variável dependente *KAM* através do teste F é estatisticamente significativa. Dessa forma, verifica-se que o teste de significância conjunta o p-value é igual a 10%, o que indica que os regressores sejam conjuntamente significativos. Na tabela observa-se o R² do modelo apresentado que explica aproximadamente 53,85% da divulgação das *KAM* no relatório dos auditores das EPEs.

Portanto, de modo geral, as variáveis estatisticamente significativas apresentadas no modelo são, *Rend* e *HOSP* com 10% de nível de significância e *Alavanc* e *Dim* para 5% de significância. Por outro lado, a variável *Numesp* não é estatisticamente significativa individualmente, pois, não influencia na determinação e divulgação das *KAMs* no relatório do auditor.

No que respeita a primeira hipótese no estudo, constatou-se um resultado que vai de encontro com o que se esperava, pois, um coeficiente negativo de (β_1 : -5,118) mostra estatisticamente significativo ao nível de 10%. Portanto, existe uma relação

negativa da rentabilidade da empresa e o número de KAMs divulgado como esperado, segundo Ferreira & Morais (2020) e Pinto & Morais (2019). Para os autores, as empresas mais rentáveis divulgam menos KAMs nos seus relatórios.

Relativamente a segunda hipótese, comprovou-se uma associação, mas negativa entre a alavancagem financeira da empresa e o número de KAMs divulgado, os resultados apontam para um coeficiente de (β_2 : -3,986) sendo estatisticamente significativa ao nível de 5%. Deste forma, verificamos que as empresas mais alavancadas divulgam menos KAMs

Para terceira hipótese do estudo, o resultado aponta para um coeficiente *Dim* positivo de (β_3 : 0,856) para uma significância individual ao nível de 10%, pois, a grandes empresas divulgam mais KAMs nos seus relatórios. Portanto, observou-se a existência de uma associação positiva dos totais dos ativos e o número de KAMs divulgado.

A quarta hipótese, quanto a complexidade do negócio das empresas, os resultados mostram-se contrário à hipótese esperada. Quer *Numesp* quer *HOSP* apresentam um coeficiente negativo (β_4 : -0,013 e β_5 : -0,208), apesar de apenas *HOSP* ser estatisticamente significativa, para um nível de significância de 10%. Portanto, quanto maior for o número de hospitais, centros hospitalares (CH), institutos portugueses de oncologia (IPO) e as unidades locais de saúde (ULS), menos KAMs são divulgados. Este resultado pode ser justificado pelo facto de empresas com mais hospitais agrupados possam ter sistemas de controlo interno mais robustos, reduzindo, dessa forma, o número de áreas de riscos e, conseqüentemente, o número de KAMs divulgado pelos auditores no seu relatório de auditoria.

6. CONCLUSÃO

Após a recente alteração do relatório de auditoria, a IAASB e a ISA 701 tiveram como objetivo melhorar a qualidades de informação financeira por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras. A ISA 701, exige na nova secção do relatório que o auditor comunica as KAMs que no seu julgamento profissional tiveram maior importância para divulgação.

O setor público da saúde em Portugal é muito complexo devido a contratualização dos serviços que são prestados e por conta disto a auditoria é executada com algumas lacunas pela dificuldade de obtenção de dados e a divulgação das KAMs nos relatórios das entidades são orientados pela norma, regulamentações e políticas de gestão do Estado, resultados de auditorias financeiras anteriores e correntes (Tampubolon & Tobing, 2019; Marques & Almeida, 2014).

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar os determinantes das matérias relevantes de auditoria divulgadas por auditores de empresas do setor público da saúde, setor relevante no país e que possui características distintas de outras empresas, analisada em estudos anteriores. A amostra é composta por 27 EPEs do setor público da saúde em Portugal durante o ano fiscal 2020, com base em estudos anteriores, foram analisados fatores que podem influenciar na determinação das KAMs: a rentabilidade, alavancagem, complexidade e a dimensão da empresa

Os resultados observados revelam que é divulgado um maior número de KAMs para empresas de menor rentabilidade e maior alavancagem. Por outro lado, os resultados evidenciam também um maior número de KAMs quanto maior for a dimensão da empresa (Ferreira & Morais, 2020; Pinto & Morais, 2018). Finalmente, os resultados demonstram que as empresas mais complexas (medida pelo número de hospitais agregados às EPEs) tendem a divulgar menos KAMs, reduzindo, dessa forma, e, conseqüentemente, o número de KAMs divulgado pelos auditores no seu relatório de auditoria.

A principal limitação do estudo refere-se à dimensão da amostra, por ser reduzida devido a ausência de relatórios de gestão e CLC por para das outras EPEs. Uma

outra limitação quanto ao estudo é o facto de a recolha dos dados ter de ser feita de forma manual.

Deste modo, como investigação futura sugere-se a identificação de outros fatores determinantes de divulgação das KAMs no setor público da saúde, usando uma amostra mais abrangente, que possibilitaria utilizar outros testes econométricos para evidenciar determinantes da divulgação de KAMs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014). Costs and Benefits of Reporting Key Audit Matters in the Audit Report: The French Experience. *In International Symposium on Audit Research*.
- Boonyanet, W., & Promsen, W. (2018). Key Audit Matters: Just Little Informative Value to Investors in Emerging Markets? *Chulalongkorn Business Review*, 41(159), 153-183.
- Camargo, N. S., Rodrigues, F. F., Machado, C. A., & Guerra, M. (2019). Principais assuntos de auditoria e os resultados das empresas listadas na IBRX 100. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(41), 162-180.
- Chen, J. Z., Elemen, A., Hope, O. e Yoon, A. (2021). Audit-Firm Profitability: Determinants and Implications for Audit Outcomes. *Rotman School of Management Working Paper*.
- Coscodai, V. (2016). Novo relatório de auditoria e seus impactos. Demonstrações financeiras e sinopses normativa e legislativa: guia 2016/2017. 26ª, São Paulo: PricewaterhouseCoopers.
- Costa, J.P., & Sallotti, B.M. (2021). Fatores Determinantes dos “Key Audit Matters” Reportados nos Relatórios de Auditoria: Uma Análise de Fundos de Investimentos Cadastrados na CVM. In: 18o Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, Anuais.
- Decreto-Lei n.º 33/2012 de 13 de fevereiro. (2012). *Diário da República n.º 31/2012, Série I de 2012-02-13*, pp 732-735.
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. (2013). *Diário da República n.º 191/2013, Série I de 2013-10-03*, pp 5988-6002.
- Deloitte. (2018). Benchmarking the new auditor’s report Key audit matters and other additional.
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency Theory: An Assessment and Review. *The Academy of Management Review*, 14(1), 57-74.
- Empresas Públicas do Estado. Disponível em:
[https:// www.sns.gov.pt/institucional/entidades-de-saude](https://www.sns.gov.pt/institucional/entidades-de-saude)

- Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro. (2015). *Diário da República n.º 174/2015, Série I de 2015-09-07*, pp 7135-7177.
- Estatuto das entidades públicas empresariais. O Decreto-Lei n.º 18/2017 de 10 de fevereiro. (2017). *Diário da República, n.º 30/2017, Série I de 2017-02-10*, pp 694-720.
- Estatuto do Serviço Nacional de Saúde. Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto. (2022). *Diário da República n.º 150/2022, Série I de 2022-08-04*, páginas 5 – 52.
- Ferreira, C., & Morais, A. I. (2019). Analysis of the relationship between company characteristics and key audit matters disclosed. *Revista Contabilidade e Finanças*, 31(83), 262–274.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2015). International Standard on Auditing ISA 701, *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*.
- International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB) (2015a). International Standard on Auditing 701. *Communicating key audit matters in the independent auditor's report*.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2015b). International Standard on Auditing 701 - Communicating key audit matters in the independent auditor's report.
- International Audit Standard (ISA) 700, Forming an Opinion and Reports on Financial Statements.
- International Federation of Accountants. (2017), International Auditing and Assurance Standards Board, International Standards on Auditing.
- KPMG. (2019). Key Audit Matters: Auditor's report snapshot 20 August 2019. Disponível em: *Key Audit Matters - Auditor's report snapshot | August 2019*
- Lei n.º 18/2013 de 18 de fevereiro. (2013). *Diário da República n.º 34/2013, Série I de 2013-02-18*, pp 987-988.
- Lei n.º 35/2018, de 20 de julho. (2018). *Diário da República n.º 139/2018, Série I de 2018-07-20*, pp 3272 – 3665.

Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. (2012). *Diário da República n.º 147/2012, Série I de 2012-08-31*, pp 4933 – 4944.

Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro. (2021). *Diário da República n.º 253/2021, Série I de 2021-12-31*, pp 33 – 35.

Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro. (2015). *Diário da República, n.º 176/2005, Série I de 2015-09-09*, pp 7501- 7516.

Li, H., (2017). The Benefit of Adding Key Audit Matters to the Auditing Report. *Advances in Economics, Business and Management Research*. 49.

Marques, D. d., Portugal, G. T., & Almeida, S. R. (2019). The Impact Generated by the Key Audit Matters on the Application of Audit Procedures. *European Journal of Scientific Research*, 152(2), 144 – 152.

Moroney, R., Phang, S-Y., e Xiao, X. (2021). When Do Investors Value Key Audit Matters? *European Accounting Review*. 30(1), 63-82. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/09638180.2020.1733040> [Acesso em: 2020/03/02]

Nunes, A. M., Matos, A. A., (2020). Gestão hospitalar em Portugal: a busca de um modelo ajustado aos hospitais públicos, 6(1),11 – 24.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2014b). Regulamento (UE) No 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e que revoga a Decisão 2005/909/CE da Comissão. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Pinto, I., & Morais, A. I. (2019). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 30, 145 – 162.

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2017). Public Company Accounting Oversight Board: Order Granting Approval of Proposed Rules on the Auditor's Report on an Audit of Financial Statements When the Auditor Expresses an Unqualified Opinion, and Departures From Unqualified Opinions and Other Reporting Circumstances, and Related Amendments to Auditing Standards. *Journal of the United States Government*.

- Rautiainen, A., Saastamoinen, J. e Pajunen, K. (2021). Do key audit matters (KAMs) matter? Auditors' perceptions of KAMs and audit quality in Finland. *Managerial Auditing Journal*. 36 (3), 386-404. Disponível em:
<https://doi.org/10.1108/MAJ-11-2019-2462> [Acesso em: 2021/07/19]
- Sawangjan, P; Suttipun, M. (2020). A relação entre a divulgação de matérias-chave de auditoria (KAMs) e a reação das ações: estudo transversal da Tailândia, Malásia e Cingapura, *Journal Financial Bank*, 5(3). 70-77.
- Sierra-García, L., Gambetta, N., A. García-Benau, M., & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, 51(3), 227– 240.
- Sirois, L.-P., Bédard, J., & Bera, P. (2018). The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-Tracking Study. *Accounting Horizons*, 32(2), 141– 162.
- Serviço nacional de saúde. Disponível em:
<https://www.sns.gov.pt>
- Suttipun, M. (2020). Factors influencing key audit matters reporting in Thailand. *Asian Journal of Accounting Perspectives*, 13(1), 26-39.
- Tampubolon, N., Tobing, P. R., (2019). Key Audit Matters Implementation on Public Sector Audit Report: Case Study of the Audit Board of Indonesia. *Advances in Social Science, Education and Humanities Research*, 558. Disponível em:
<https://doi.org/10.2991/assehr.k.210531.047> [Acesso em: 2021/05/31]
- Teixeira, M. (2006). O contributo da auditoria interna para uma gestão eficaz. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta. Coimbra.
- Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25, 748-755. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1002/csr.1491> [Acesso em: 2018/09/23].
- Whittington, R. e Pan, K. (2014). *Principles of Auditing & other Assurance Services*, 19th ed. Book.

Wuttichindanon, S., & Issarawornrawanich, P. (2020). Determining factors of key audit matter disclosure in Thailand. *Pacific Accounting Review*. 32(4), 563-584.

Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1108/PAR-01-2020-0004>[Acesso em: 2020/12/11]

Yoga, Budhi Setiya and Dinarjito, Agung (2021) "The impact of key audit matters disclosure on communicative value of the auditor's report: A systematic literature review," *Jurnal Akuntansi dan Keuangan Indonesia*. 18 (1),2.

Disponível em:

<https://scholarhub.ui.ac.id/jaki/vol18/iss1/2>